PARTICIPAÇÃO DISCENTE NA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS INCLUSIVAS NO ENSINO SUPERIOR

Beatriz Magalhães Guimarães SILVA
Sandra Eli Sartoreto de Oliveira MARTINS
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Campus Bauru
Eixo 05 - Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica CNPq
beatriz.mg.silva@unesp.br

Palavras-chave: Relacione três palavras-chave separadas por ponto.

1. Introdução

Os direitos educacionais das pessoas em situação de deficiência foram conquistados por meio de inúmeras lutas e mobilizações nacionais e internacionais; um dos principais marcos mundiais é a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Santos, Kabengele e Monteiro; 2022). Contudo, as políticas hoje existentes não são suficientes para efetivamente assegurar a promoção de melhores condições e oportunidades de estudos para pessoas em situação de deficiência, isso pois, esta ainda é socialmente estigmatizada e marginalizada, vista majoritariamente por meio do modelo médico e produtivista, desconsiderando o contexto social, cultural, histórico e psicológico (França; 2013, Bampi; Guilhem e Alves, 2010). Várias são as barreiras de acessibilidade enfrentadas por esses sujeitos na educação (Ciantelli, et al. 2021), ficando cada vez mais intransponíveis conforme os níveis de ensino vão crescendo, afetando de forma mais potente o acesso ao Ensino Superior - ES.

O ideal é que ocorram melhorias tanto na estrutura quanto na cultura institucional da universidade, para que os estudantes tenham não apenas o acesso, mas a garantia de estratégias diversificadas que visem a permanência e aproveitamento das oportunidades do contexto acadêmico (Omote, 2018). Para isso, é preciso se distanciar de uma epistemologia tipificadora a respeito da deficiência e do indivíduo. Assim, defendemos que os estudantes podem apresentar Necessidades Educacionais Específicas - NEE com relação ao currículo acadêmico (Louzada e Martins, 2022), que decorrerão em parte das interações dos estudantes, eles estando ou não em situação de deficiência. As NEE podem ser de caráter temporário ou permanente, podem se apresentar em qualquer discente e demandam um apoio institucional de recursos e serviços diferenciados para que as condições de participação total no desenvolvimento educacional sejam equiparadas. Por fim, é mister que os instrumentos de avaliação às políticas de inclusão na universidade consigam coletar dados a respeito de quem é a comunidade acadêmica, traçando e conhecendo o seu perfil e suas características, para que assim seja possível pensar em estratégias de acessibilidade de forma mais ampla e assertiva.

2. Objetivos

Identificar se há diferenças na percepção de estudantes com diferentes identidades étnicas e que se reconhecem com ou sem NEE sobre as políticas que promovem a educação inclusiva em uma universidade pública, com destaque ao indicador “8.1 Processos de autoavaliação e autorregulação institucional” do INES.

3. Procedimentos metodológicos

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de dois instrumentos integrados em um formulário online divulgado em todos os campi de uma universidade pública do interior de São Paulo com 34 unidades. O primeiro instrumento é o Formulário de Identificação de Universitários com Necessidades Educacionais Específicas - FIUNEE (Martins e Cantarelli, 2021), que permite reconhecer o perfil dos respondentes envolvendo dados pessoais, institucionais, étnicos, sociodemográficos, entre outros, bem como caracterizar suas demandas educacionais para participarem efetivamente das ações formativas na Universidade. O segundo instrumento é o Índice de Inclusão para Educação Superior - INES (Louzada e Martins, 2022), que busca colher a percepção da comunidade acadêmica acerca de 12 fatores e 24 indicadores projetados para reunir informações sobre como a comunidade acadêmica percebe e avalia as políticas inclusivas nos contextos socioeducativos universitários; foi traduzido e adaptado ao contexto brasileiro a partir da versão colombiana original (Carrillo e Aristizabal, 2017). Esse trabalho se trata de um recorte dos dados coletados em uma pesquisa mais ampla, na qual procurou-se observar e analisar o perfil e as respostas dos participantes em relação aos indicadores do INES no geral. As respostas obtidas no estudo foram tratadas no excel para possibilitar esse cruzamento de dados entre o perfil demonstrado pelos respondentes no FIUNEE (NEE e identidade étnico-racial) e a percepção dos estudantes acerca do indicador do INES analisado - “8.1 Processos de autoavaliação e autorregulação institucional” (Louzada e Martins, 2022), de modo a analisar se há diferenças nos resultados do INES a depender do perfil do estudante. Os dados foram tratados a partir da semaforização de Goyeneche e Ruiz (2021). Tais achados e modos em geral, permitiram analisar em que medida o perfil dos respondentes contribuíram para compreensão das suas respostas no indicador selecionado, especialmente, no que diz respeito à condição declarada da sua identificação étnica-racial, descrita no formulário.

4. Resultados

Os dados foram recolhidos no ano de 2023, participaram do estudo 442 estudantes de graduação e pós-graduação, dos quais 399 se identificaram sem NEE e 43 com NEE. Do total, 288 se declararam brancos, 67 negros, 13 pardos, 32 hispânicos, e 42 com mais de uma das etnias ou com outras etnias. Os resultados

apresentam um recorte das respostas dos participantes que se identificaram com e sem necessidades educacionais específicas dentro das categorias identitárias mencionadas. O indicador 8.1. avalia se a instituição estudada pratica a auto avaliação e regulamenta ações que permitam promover a educação inclusiva. De acordo com a Tabela 1, nota-se que a percepção da comunidade acadêmica no geral se dá por insatisfeita. Não se observou diferenciações nos dados dos respondentes independentemente de se identificarem com ou sem NEE ou da etnia autodeclarada, na medida em que ambos revelaram porcentagens vermelhas na semaforização.

TABELA 1. Semaforização do indicador 8.1. do INES

8. Processos de autoavaliação e autorregulação			
Indicador	**Etnia**	**Estudantes com NEE**	**Estudantes sem NEE**
8.1 Processos de autoavaliação e autorregulação com enfoque da educação inclusiva	Branca	37,50%	47,33%
	Negra	20,00%	36,84%
	Parda	66,67%	50,00%
	Hispânica	33,33%	38,46%

Fonte: Dados da pesquisa

5. Conclusões

Analisando a Tabela 1, a universidade não apresenta, na prática, estratégias para avaliação e regulação interna que sejam eficientes para diminuir as desigualdades institucionais. O dado revela que a presença de políticas de inclusão e acessibilidade, embora formalmente instituídas, não têm se traduzido em práticas concretas e consistentes, muito menos específicas para atender as mais variadas NEE. O estudo reforça a urgência de ações institucionais mais efetivas, que ultrapassem o caráter normativo e tipificador a fim de dirimir barreiras. É fundamental que as universidades ampliem os processos participativos de formulação e avaliação das políticas, garantindo a escuta e o protagonismo de pessoas em situação de deficiência, negras, pardas, indígenas e pertencentes a outros grupos minorizados. O FIUNEE e o INES se mostram instrumentos importantes para uma maior participação estudantil na criação de estratégias de inclusão na universidade. Por fim, apesar de se mostrarem ferramentas úteis, ainda são necessários avanços metodológicos que permitam ampliar ainda mais a escuta e a participação da comunidade acadêmica nas tomadas de decisões das políticas existentes.

6. Principais referências

CARRILLO J. F.; Aristizabal, J. 2017. Índice de inclusión para educación superior (INES). Ministerio de Educación República de Colombia, Bogotá, 2017.

LOUZADA, J. C. de A.; MARTINS, S. E. S. de O. Instrumento para avaliação de práticas, culturas e políticas inclusivas em contextos universitários. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. 1, p. 0229–0245, 2022. DOI: 10.21723/riaee.v16i4.15756. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15756

MARTINS, S. E. S. de O.; CANTARELLI, A. P. FIUNEE: Formulário de identificação de universitários com Necessidades Educacionais Específicas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL FREIRE E VIGOTSKI: POR UMA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA, 2021, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.